

## CADÚNICO E OS SERVIÇOS DE CADASTRAMENTO E ATUALIZAÇÃO DE REGISTROS: UM ESTUDO SOBRE O USO DO TEMPO, CUSTO E DESLOCAMENTO NO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA/CE

Jackson Rufino de Paula <sup>1</sup>  
Tatiane Vieira Barros <sup>2</sup>

### RESUMO

O Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento voltado aos Programas Sociais que tem por objetivo o cadastramento e a manutenção de informações atualizadas das famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população em todos os municípios brasileiros. Deste modo, serve como um instrumento para sistematizar e organizar as informações para o acesso às políticas públicas e sociais no Brasil. Realizar o cadastro e mantê-lo atualizado cabe as/os beneficiárias/os dessas políticas. Dito isto, a partir de uma metodologia que utilizou entrevistas realizadas de forma remota, este artigo se propõe apresentar os fatores referentes ao uso do tempo, custo, deslocamento e desigualdades de gênero vivenciados pelas mulheres quilombolas de Nazaré, localizada no Distrito de Arapari em Itapipoca/CE.

**Palavras-chave:** CadÚnico, tempo, custo, deslocamento.

### INTRODUÇÃO

Para introduzir a discussão e ao debate sociológico, é necessário que compreendamos o que é o cadastro único. De forma simples, o Cadastro Único (CadÚnico) é uma ferramenta governamental que possibilita a coleta, sistematização e análise dos dados das famílias cadastradas e que são consideradas de baixa renda. Uma vez cadastradas, essas famílias conseguirão acessar diversos benefícios e serviços sociais que são ofertados pelos governos Federal, Estadual ou Municipal. É por meio dessa ferramenta que o governo tem acesso às informações que lhe permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias e indivíduos, além de acompanhar qual a eficácia de suas políticas sociais no que tange a maximização ou minimização dos índices de pobreza no Brasil. Para aqueles que desejam se cadastrar no Cadastro Único ou atualizar as suas informações - seja quando ocorrer alguma mudança ou na atualização bienal obrigatória - é necessário que o responsável familiar se

---

<sup>1</sup> Estudante do Curso Técnico Integrado em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE *Campus* Itapipoca, [jackson.rufino.paula10@aluno.ifce.edu.br](mailto:jackson.rufino.paula10@aluno.ifce.edu.br);

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia Social (UFSC) e Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE *Campus* Itapipoca, [tatiane.barros@ifce.edu.br](mailto:tatiane.barros@ifce.edu.br).

dirija até o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) ou local de referência informado pelo município. Simbolizado pela sigla RF, o Responsável Familiar é o indivíduo que será o portador de toda e qualquer informação referente ao cadastro ou atualização do CadÚnico junto ao local de cadastramento.

Nessa perspectiva, o uso do tempo, custo e deslocamento associado a mobilidade rural-urbano (MORAES; BARROS; SILVA, 2021), são fatores propiciadores para aumentar as dificuldades ao acesso às políticas públicas e sociais, como é o caso das políticas voltadas para o cadastramento e atualização de registros daquelas/es que fazem parte dos Programas de Transferência de Renda - a exemplo do Programa Bolsa Família (PBF).

A respeito disso, é inegável que a pandemia veio intensificar ainda mais as desigualdades sociais já existentes, bem como evidenciar aquelas outrora encobertas, promovendo o aumento na exclusão étnica, social e racial dos indivíduos que enfrentam diferentes situações de vulnerabilidades. Sob esse viés, esse texto se propõe a apresentar questões sobre quais os desafios e as dificuldades enfrentadas para o acesso aos serviços de cadastramento e atualização do CadÚnico, com enfoque voltado para as mulheres residentes da comunidade Quilombola de Nazaré, localizada no Distrito de Arapari, município de Itapipoca/CE.

## **METODOLOGIA**

Em meio a um contexto pandêmico e seguindo as recomendações da OMS (Organização Mundial da Saúde), todos os envolvidos nessa pesquisa mantiveram os protocolos de segurança. Dito isso, o isolamento social foi mantido, visando a não disseminação e/ou contaminação pelo vírus causador da Covid-19. Visto que essa pesquisa teve início no segundo semestre do ano de 2020, período em que os casos de contaminação estavam bem crescentes, tudo era muito recente e não havia nenhuma previsão de quando se iniciaria a imunização contra o vírus. Por estes motivos a pesquisa precisou passar por algumas alterações metodológicas e algumas das etapas pensadas a princípio não puderam ser executadas, pois necessitariam de contato presencial para sua realização. Portanto, com o intuito de manter seguros a todos aqueles que estavam diretamente relacionados (bolsista, coordenadora/orientadora e interlocutoras), a pesquisa contou com a realização de entrevistas realizadas de forma remota por ligações telefônicas ou por ligações pelo aplicativo *Whatsapp*.

Dadas as limitações, o acompanhamento presencial às interlocutoras da comunidade teve de ser cancelado, pois não poderia haver contato entre elas e nós pesquisadores. A aplicação de questionários por meio de entrevistas às mulheres manteve-se, mas estritamente na modalidade remota. Ao todo, foram nove mulheres entrevistadas, as quais participaram da pesquisa mediante autorização (livre consentimento de forma oral) para uso e estudo dos dados que foram captados durante a realização dessas entrevistas remotas.

No que diz respeito a essas entrevistas, todas elas foram realizadas pela docente e também orientadora/coordenadora dessa pesquisa, Tatiane Barros. Ela partiu de um contato inicial com as lideranças da Comunidade Quilombola, para que pudesse haver a mobilização do maior número de mulheres possíveis que se interessassem em participar da pesquisa e permitissem a utilização dos dados coletados. Aqui é importante ressaltar que o diálogo com a comunidade já existia anterior a pesquisa, fortalecida pela rede de contatos voltadas ao debate de uma educação antirracista e um diálogo entre instituição de ensino e comunidades.

Ressaltamos que, diante de todas as limitações causadas pela pandemia, dados e/ou informações que não puderam ser acessadas por meio do diário/investigação de campo foram buscadas em sites oficiais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Segundo dados do Cadastro Único, o município de Itapipoca-CE possui 64.871 pessoas que são diretamente beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, sendo 88,3% dos responsáveis familiares do sexo feminino. É nessa conjuntura que se firma a abordagem desse estudo, o qual tem como público-alvo as mulheres que acessam as políticas sociais do CadÚnico e são residentes da Comunidade Quilombola de Nazaré.

Não é à toa que as mulheres são a maioria das representantes familiares. De acordo com o que destaca Walquiria Rego e Alessandro Pinzani (2013) em texto sobre liberdade, dinheiro e autonomia no contexto do Bolsa Família, as mulheres ganham maior autonomia e passam a moldar a sua própria subjetividade, sem depender do marido e/ou companheiro para que decidam por elas o que deixarão ou não de fazer e como fazer tal coisa. A partir do momento em que essas mulheres passam a ter acesso a esse benefício, elas não somente passam a ter maior liberdade financeira, mas se sentem reconhecidas pelo Estado por ter uma vida mais estável e digna, podendo desenvolver suas próprias capacidades, como nunca antes imaginariam.

Somado a isto, precisamos entender que as comunidades quilombolas são marcadas pelos processos de resistência e de manutenção de sua identidade, bem como da própria sobrevivência. Uma vez que o período escravocrata brasileiro tem ecos sobre as populações negras e quilombolas até os dias de hoje. Portanto, as mulheres das comunidades quilombolas trazem outros diálogos com o Estado e as políticas públicas, o que traz sentido às reflexões acerca das questões raciais.

Em grande parte dos municípios, tanto o cadastramento quanto a atualização de registros, seja ela obrigatória ou não, ocorrem no CRAS. No caso das entrevistadas, é comum que ocorra na cidade de Itapipoca ou no CRAS de Arapari. Todavia, é possível que o atendimento possa ser realizado na própria comunidade ou em locais estratégicos. Abaixo, segue um fragmento da entrevista com uma das mulheres, (F.I, agricultora, 34 anos de idade) que corrobora a afirmação acerca do local onde é realizado o atendimento. Visando a segurança e a não exposição da mesma, seu nome ou qualquer aspecto que possa revelar a sua identidade não será evidenciado.

*Pesquisadora: É, onde é que a senhora faz o cadastramento... o recadastramento do bolsa família, né? A atualização, onde é que faz? É lá em Itapipoca? Onde é?*

*E: Eu faço no CRAS de Arapari, mas agora, no momento eu fiz aqui em Nazaré. Eu fiz no dois mil e... dezoito eu fiz em Nazaré, porque ele veio fazer.*

*Pesquisadora: Eles foram na casa da senhora fazer?*

*E: A gente vai pro salão.*

*Pesquisadora: Ah, entendi. Escolheram um local da comunidade, ficaram lá e vocês foram, né assim?*

*E: É.*

Observando o trecho acima, é válido o destaque de que a realização do cadastramento ou da atualização na própria comunidade é realmente uma ação muito positiva, facilitando não somente o deslocamento dessas mulheres, mas diminuindo os gastos, o tempo despendido e as diversas preocupações que permeiam a mente delas. Mesmo assim, quase sempre essas mulheres rurais tendem de se deslocar da comunidade até os centros urbanos para poder acessar esses serviços. Apesar de parecer fácil, não é. Isso se dá por diversos fatores que explicam os desafios e as dificuldades que as mulheres enfrentam para irem até um local de atendimento.

O uso do tempo e a forma como será gasto merece atenção. Antes de sair de suas casas, as mulheres tendem a programar todas as suas atividades. É uma das formas para diminuir a correria de um dia intenso e cansativo fora de suas residências. Ao necessitar ir até o local de cadastramento e atualização, é de suma importância que haja organização, a começar pelo horário que elas irão acordar. Durante a entrevista, as interlocutoras foram indagadas a respeito de como se organizavam para sair de casa. Aquelas que tinham alguém com quem compartilhar as atividades de cuidado, ficando em casa e organizando tudo, demandavam a organização do tempo e das funções. Nestes casos, as filhas ou outras mulheres da família assumiriam estas responsabilidades, pois às mulheres, em geral é delegado a função da casa e do cuidado.

Algumas mulheres que destacaram realizar todas as tarefas da casa e deixar tudo organizado por completo no dia anterior à atualização ou ao cadastro, para que quando retornassem tivessem apenas de esquentar a comida e, após isto, descansar. Outras disseram que realizavam durante a madrugada, acordando bem mais cedo do que seria o convencional ou então, realizando todas as coisas somente ao retornar do CRAS.

Das nove mulheres entrevistadas, três delas (o equivalente a aproximadamente 33,3% das mulheres partícipes desta pesquisa) residem um pouco mais distante, especificamente no alto de uma serra próxima da comunidade, denominada de Nojorge. Por ser um local de difícil acesso e com pouquíssima movimentação de transportes, essas mulheres tendem a se deslocar a pé e acordar muito mais cedo para pegar o transporte coletivo na Comunidade de Nazaré. O trajeto do alto da serra até a comunidade leva cerca de 40 minutos. É inegável que as situações de vulnerabilidades e formação dos medos e receios, se iniciam a partir do momento em que essas mulheres põem seus pés fora de suas casas. Descer o alto de uma serra revela por si só os perigos aos quais estão expostas, sem falar no horário em que realizam esse trajeto, o qual ocorre bem antes do nascer do sol para conseguirem pegar o transporte a tempo.

Os custos a serem arcados são diversos: transporte, merenda, almoço (quando o cadastramento ou a atualização se estende até a parte da tarde) xerox de documento, etc. Há casos em que as mulheres precisam levar algum acompanhante ou seus filhos, pois não tem com quem deixá-los e estes valores ficam ainda mais altos. O valor a ser pago com o deslocamento para sair da comunidade até o destino final variava de acordo com o tipo de transporte utilizado e a distância para realizar o deslocamento - a depender do local onde elas vão realizar o cadastro ou a atualização. Se elas optam por ir de mototáxi, pagam um valor de aproximadamente R\$10,00 - R\$15,00. No transporte coletivo particular, conhecido na região

como carro de pau-de-arara, o valor a ser pago já é menor, custando 12 reais ida e volta para Itapipoca e 6 reais ida e volta para o Arapari. Esses custos podem ser muito mais elevados, uma vez que as mulheres são a maioria das representantes familiares e chefes de família, sendo aquelas que lavam, passam, cozinham e cuidam de todos os serviços domésticos que se possa imaginar. Além dessas atividades cotidianas, algumas interlocutoras relataram ajudar os seus maridos e/ou companheiros no trabalho da roça, desempenhando o trabalho braçal sem remuneração. A discussão de gênero e a divisão sexual do trabalho, mostrou que todo o trabalho doméstico a ser realizado recai sobre as mulheres, o que as deixam sobrecarregadas.

Quando chega o período de atualização obrigatória (aquela que ocorre de dois em dois anos); e até mesmo um novo cadastramento ou atualização referente a qualquer mudança nos dados cadastrais, alguém de confiança dessa mulher ficará responsável por cuidar da casa e dos dependentes da mesma (crianças, idosos, pessoas deficientes etc). Portanto, quando essa beneficiária tiver de acessar a esses serviços e não possuir um filho e/ou filha mais velha para cuidar da casa e dos irmãos menores (quando houver) ou até mesmo o marido/companheiro, um amigo ou qualquer familiar que possa cuidar da casa e dos seus dependentes, fica escancarado que a única saída será pagar uma determinada pessoa para assumir as suas tarefas. Caso não consiga ninguém para tal feito e tenha indivíduos que dependam dela, será necessário levá-los consigo para o local de cadastramento.

Os dados coletados nesta pesquisa, evidenciaram que todas as mulheres entrevistadas possuem ao menos um dependente. Diante do exposto, os custos que por natureza já são elevados, tornar-se-ão ainda mais caros.

Como falado mais acima, o transporte coletivo de pagamento particular é o mais “barato” e, portanto, o mais utilizado para a locomoção dessas mulheres que acessam o CadÚnico. Porém, torna-se constrangedora a procura por um transporte público para se locomoverem da comunidade até a sede do cadastramento, seja aquele localizado no distrito de Arapari ou no centro da cidade de Itapipoca. Diante dos investimentos reduzidos e quase sempre escassos, encontrar um veículo público, acessível e que prima pela segurança é muito difícil, sem falar nas longas distâncias a serem percorridas. Isso nos faz pensar o seguinte: “As políticas sociais realmente são criadas para que todos possam acessá-las? ”. É uma indagação válida, pois as pessoas mais afetadas são moradoras/es das regiões e cidades interioranas, as quais são invisibilizadas e sofrem da chamada segregação socioespacial.

Essa segregação se dá por diversos motivos, inclusos os mais banais para justificá-la. Apontam a concentração populacional reduzida nas áreas rurais, o crédito na baixa mobilização desses indivíduos e as limitações dos serviços públicos e essenciais, em sua

grande maioria inexistentes. Segundo trata a pesquisa realizada pelas professoras Lorena de Moraes, Tatiane Barros e Bárbara Cristina da Silva (2021), na pesquisa intitulada de “Mobilidade rural-urbana como entrave no acesso às políticas públicas em tempos pandêmicos: o drama das mulheres rurais do Nordeste brasileiro”, a baixa e/ou inexistência da mobilidade rural-urbano é um descaso e se enquadra como violência por parte do Estado para com a população residente no campo.

Em meio a esse cenário, essas pessoas que já são invisibilizadas e vítimas de tamanho descaso, tornaram-se cada vez mais esquecidas e, conseqüentemente, cada vez mais segregadas em tempos tão difíceis, vulgo a pandemia. Assim sendo, a segregação socioespacial vai ao encontro com a dificuldade de mobilização, em especial da mobilidade rural-urbano, ou seja, aquela que ocorre do campo para os grandes centros urbanos.

É de conhecimento da maior parte das pessoas que os meios de transportes são os possibilitadores para que haja maior integração entre as cidades e, conseqüentemente, maior socialização e contato entre diversos indivíduos. Se por um lado os transportes apresentam esse ponto positivo, por outro, sem o acesso a eles, o cenário que se configura é totalmente negativo. Como formas de locomoção, as beneficiárias se deslocam a pé, de mototáxi (arcando com um custo por natureza elevado, como já mencionado inicialmente) ou enfrentam viajar nos ditos carros de feira, os famosos carros pau-de-arara (espécie de transporte coletivo bem comum na zona rural e o mais utilizado para o deslocamento do campo para a cidade). O fragmento da entrevista evidencia o dado coletado:

*Pesquisadora: E qual o tipo de transporte que você usa para chegar no lugar do cadastramento?*

*E: Carro. Carro pau de arara ou então moto.*

*Pesquisadora: E onde é que é que é o cadastramento?*

*E: O cadastramento é feito na sede do distrito, nosso distrito, que é o Arapari. Só que ontem ano passado teve um mutirão e o pessoal do cadastro foram até a comunidade para poder fazer a atualização dos cadastros que não tavam atualizados. Mas, normalmente a gente vai até a sede do distrito e faz o cada...a atualização do cadastro no CRAS.*

*(A.R.C.L., 28 anos de idade.)*

Ao serem questionadas quanto à segurança do transporte e de como era a qualidade das estradas pelas quais realizavam os seus trajetos, a maioria delas se manifestaram dizendo que tinham medo e se sentiam inseguras, bem como definindo a qualidade dos caminhos

como ruim e muita das vezes, péssima. É válido ressaltar que a qualidade dos caminhos varia de acordo com as estações inverno e verão, especificamente no tocante aos períodos chuvosos que provocam maiores prejuízos às estradas.

Mesmo receosas pelo fato de saberem que o transporte mais utilizado não é regularizado, não é adequado e tampouco seguro, arriscam-se a viajar nesse tão conhecido transporte rural. Na realidade, elas não têm sequer escolha, pois não possuem poder aquisitivo para arcar com os gastos de um outro veículo para locomoção, a preços gritantes. Elas ainda deixam claro que, além desse tipo de carro não ser legalizado e autorizado a realizar percurso carregando passageiros, muitos deles estão em estágio de desgaste acima da média, necessitando de reparos de grande porte, o que ratifica a insegurança a qual essas mulheres estão expostas para acessar os serviços de atualização, como forma de assegurar, na maioria das vezes, a única fonte de dinheiro que sustenta a casa.

Prosseguindo com a discussão, não foi por acaso que as entrevistas tiveram de ser realizadas na maioria das vezes via ligações telefônicas, uma vez que o acesso a uma rede *wi-fi* ou tecnologia de dados móveis - dada a localização geográfica da comunidade - carece de muitos investimentos e um olhar mais atento e preparado para a mitigação desses problemas. Além dos objetivos almejados por esse estudo, evidenciou-se a precariedade e limitações no acesso às tecnologias digitais, o que abre espaço para a discussão da exclusão digital, tema esse de grande relevância nos dias atuais, pois ela se torna mais um dos entraves para o acesso às políticas sociais, especialmente aquelas que se referem aos auxílios emergenciais. Esse não foi o caso das nossas interlocutoras, uma vez que já eram cadastradas no Cadastro Único e beneficiárias do PBF. Assim sendo, a maioria delas foram contempladas com as parcelas do auxílio diretamente no cartão em que já recebiam seu benefício social. Dentre as entrevistadas, houve apenas uma excepcionalidade, mas de outro cunho.

Para poderem receber o auxílio emergencial, foram diversos os sufocos. Os transportes não estavam realizando o seu percurso como de costume e de forma rotineira, os custos ficaram mais caros e assim, o deslocamento foi prejudicado. A desproteção governamental ganhava forma com as diversas imposições as quais foram expostas, gerando o risco de contaminação pela Covid-19, um deslocamento completamente inseguro e os mais diversificados desgastes, situações de medo, insegurança e cansaço. É como se fosse o aprofundamento da figura feminina em um caos, em situações de extremas vulnerabilidades e o agravamento perceptível daquelas que somente estavam ali para ter acesso a um serviço que lhe é de direito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, fica evidente as diversas situações desafiadoras pelas quais passam essas mulheres quilombolas para poder acessar aos serviços de cadastramento e atualização do CadÚnico, sem falar no descaso em todos os âmbitos. Cabe aos órgãos governamentais e às suas entidades competentes, averiguar qual seria as melhores saídas para facilitar o acesso a essas políticas sociais. Propiciando para o exercício ao direito e da cidadania da figura feminina, para mitigar as desigualdades existentes e fortalecê-las politicamente, deixando de lado a concepção maquiavélica de que a política é luta pela conquista e manutenção do poder.

## AGRADECIMENTOS

Iniciar um projeto em meio a um contexto pandêmico não é nada fácil, em especial quando a pesquisa demanda contato, diário de campo e muita investigação envolvida. No entanto, não podíamos parar ou retroceder em um estudo com uma perspectiva tão importante e necessária de ser debatida. Os diálogos, as conversas, os contatos (apesar de remotos) foram de grande importância para a materialização deste artigo. É por isso que venho externar os meus agradecimentos e as mais sinceras palavras a minha orientadora/coordenadora Tatiane Barros, a qual esteve presente em todos os momentos, me apoiando e dando todo o suporte necessário e que estava ao seu alcance. Agradeço aos meus familiares e amigos, a instituição a qual hodiernamente eu faço parte e, principalmente, a Deus, que em todos os momentos se faz presente e me permitiu viver mais uma experiência que me proporcionou muita sapiência. Enfim, agradecer nunca será demais, pois a gratidão é o reconhecimento daqueles que fizeram parte dos nossos processos de construção.

## REFERÊNCIAS

MORAES, Lorena. L. de; BARROS, Tatiane. V.; SILVA, Bárbara. C. V da. **Mobilidade rural-urbana como entrave para o acesso às políticas públicas em tempos pandêmicos: o drama das mulheres rurais do Nordeste brasileiro**. In: EXPLORACIONES N. 56 [do] Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica. La Paz, Maio 2021. Disponível em: <[https://ipdrs.org/images/exploraciones/archivos/Exploraciones-No\\_56.pdf](https://ipdrs.org/images/exploraciones/archivos/Exploraciones-No_56.pdf)>. Acessado em 25 de jul. 2021.



REGO, Walquíria D. L.; PINZANI, A. **Liberdade, dinheiro e autonomia: O caso da Bolsa Família**. *POLÍTICA & TRABALHO, Revista de Ciências Sociais*, 38, Abril de 2013, p. 21-42.